

economia

Juro argentino é maior apenas na aparência; comparação deve considerar a inflação

Nas taxas básicas de juros, a diferença nominal é ampla. A Selic brasileira permaneceu em 15% durante boa parte do segundo semestre de 2025 e do início de 2026. Em março, começou a ser reduzida, chegando aos atuais 14% ao ano. Na Argentina, por outro lado, a taxa básica está em 29% ao ano desde janeiro de 2025.

O número argentino é mais de duas vezes maior, mas os economistas alertam que a comparação precisa considerar a inflação. Quando a alta esperada dos preços é descontada, os juros reais brasileiros são superiores.

“Na Argentina, apesar de a taxa nominal ser próxima de 29%, a inflação esperada para os próximos 12 meses também gira em torno de 28% ou 30%. Isso significa que os juros reais são baixos”, contextualiza Rochlin.

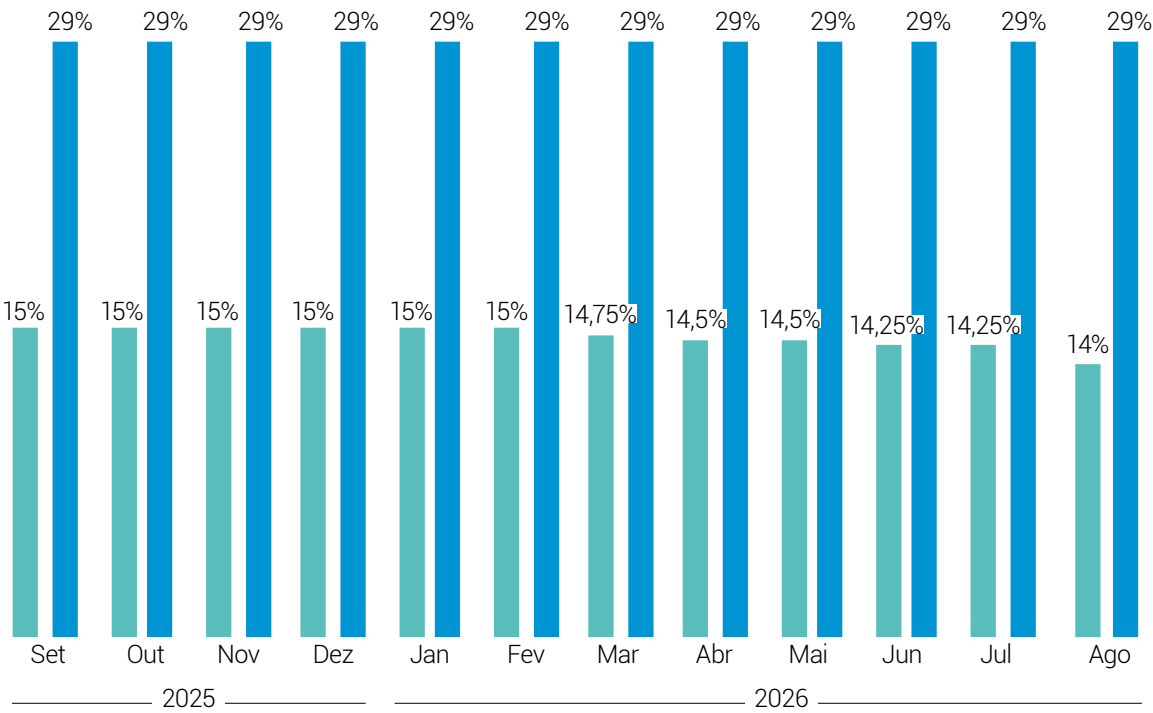
No Brasil, uma Selic de 14%

combinada a uma inflação esperada próxima de 5% resulta em juros reais ao redor de 8% ao ano. Esse patamar encarece o crédito, inibe investimentos e aumenta as despesas do governo com a dívida pública.

Embora a inflação brasileira seja muito menor, o desequilíbrio fiscal obriga o País a oferecer uma remuneração elevada para manter os recursos aplicados em títulos públicos. O resultado fiscal negativo e o custo dos juros estão entre as principais fragilidades brasileiras. Em julho, o déficit nominal do setor público se aproximou de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), influenciado principalmente pelas despesas financeiras.

“Uma dívida pública financiada a esse custo cresce rapidamente e compromete o crescimento econômico”, adverte Rochlin.

Juros básicos
Brasil (Banco Central) x Argentina (BCRA)



País vizinho cresce mais após sair de uma recessão

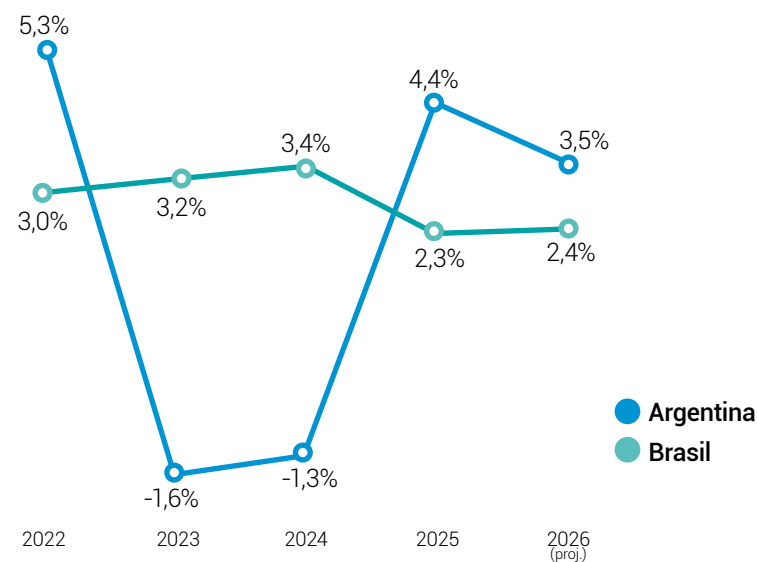
O crescimento do PIB é outro indicador capaz de produzir interpretações enganosas quando observado isoladamente, conforme os especialistas. A economia brasileira cresceu 3% em 2022, 3,2% em 2023 e 3,4% em 2024. O ritmo desacelerou para 2,3% em 2025. Para 2026, o avanço deve ser de 2,4%.

A Argentina apresentou uma trajetória muito mais instável. Depois de crescer 5,3% em 2022, o PIB recuou 1,6% em 2023 e 1,3% em 2024. Em 2025, a economia voltou a avançar, com crescimento de 4,4%. Para 2026, a projeção mais recente do FMI é de alta de 3,5%.

O crescimento argentino mais elevado, portanto, ocorre depois de dois anos consecutivos de retração. Parte da alta representa a recomposição de uma base deprimida, e não necessariamente uma expansão estrutural da capacidade produtiva.

“A Argentina entrou em recessão em 2024, enquanto o Brasil

Crescimento PIB | Brasil x Argentina (FMI)



cresceu mais de 3%. Mas essa recessão foi justamente consequência do programa de estabilização econômica”, diz Rochlin.

Moraes lembra que a economia argentina historicamente oscila mais do que a brasileira. A

menor diversificação produtiva e comercial torna o país mais exposto às condições climáticas, aos preços internacionais das commodities, à disponibilidade de dólares e ao desempenho de poucos parceiros.

Ajuste fiscal coloca as nações em direções opostas

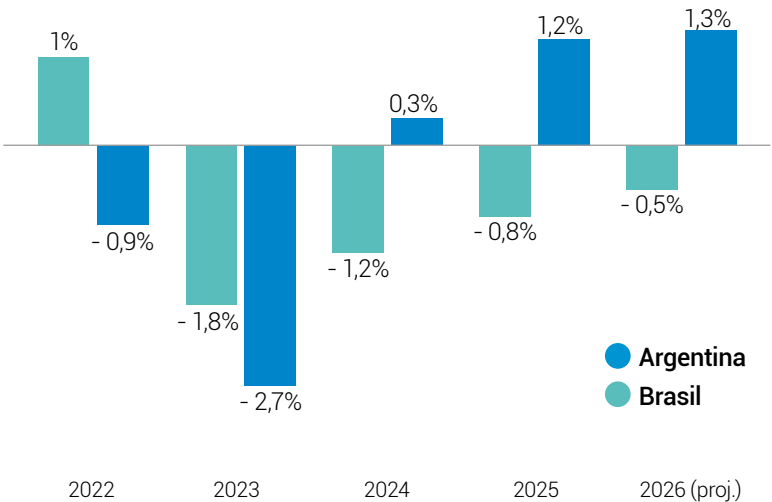
Se a inflação é o principal ponto favorável ao Brasil na comparação direta, o resultado fiscal representa a maior vantagem argentina. O Brasil registrou superávit primário de 1% do PIB em 2022, mas voltou ao vermelho nos anos seguintes: déficit de 1,8% em 2023, 1,2% em 2024 e 0,8% em 2025. Para 2026, a projeção é de saldo negativo de 0,5%.

A Argentina percorreu o caminho oposto. Depois de déficits de 0,9% do PIB em 2022 e 2,7% em 2023, alcançou superávit de 0,3% em 2024 e 1,2% em 2025. A estimativa para este ano é de resultado positivo de 1,3%. A virada veio com fortes cortes em previdência, saúde, educação, investimentos públicos e subsídios à energia. Rochlin classifica o processo como

um ajuste feito “a ferro e fogo”, com elevado custo social. No Brasil, houve ampliação de benefícios e programas sociais, enquanto o governo passou a enfrentar dificuldades para conciliar o crescimento das despesas com as metas fiscais.

Moraes avalia que a estratégia argentina segue uma sequência mais clara: equilibrar as contas, estabilizar a moeda e, depois, recuperar a confiança para atrair investimentos e repatriar recursos. Essa etapa, porém, ainda depende do apoio internacional e do financiamento do FMI. Para o economista, o problema brasileiro é menos grave, mas também exige correção. “Sem estabilizar as contas, o País corre o risco de perder credibilidade, pressionar o câmbio e alimentar novamente a inflação”.

Resultado primário do governo geral
Brasil x Argentina (FMI)



Renda per capita da Argentina ainda supera a do Brasil

Mesmo depois de anos de crise, recessões e inflação elevada, a Argentina continua apresentando renda média superior à do Brasil. Para 2026, a projeção do FMI considerada no levantamento aponta

um PIB per capita - que é o valor médio da produção econômica de um país dividido pelo número de habitantes - de US\$ 14.357 no país vizinho, ante US\$ 12.313 no Brasil.

Na avaliação de Moraes, a diferença diz mais sobre as dificuldades brasileiras do que sobre o desempenho recente argentino: o Brasil possui uma economia maior, mais diversificada, um amplo mercado consumidor, maior capacidade industrial e acesso a diferentes parceiros comerciais. Ainda assim, não consegue converter plenamente essas vantagens em produtividade e renda para a população.

PIB per Capita (projeção FMI 2026)

